

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADIN E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: TECENDO OS FIOS DA INFÂNCIA

Elineia Pereira de Souza¹
Evaneida Soares Carneiro²
Juliana Alves dos Santos³

RESUMO

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, é uma ação institucional de visitação domiciliar, com formações, encontros coletivos e comunitários para apoiar e orientar as famílias no cuidado e na educação das crianças. O PADIN faz parte de um dos eixos do Programa Mais Infância Ceará que busca contemplar a complexidade de promover o desenvolvimento pleno da criança em todos os seus aspectos. O Programa Mais Infância Ceará foi lançado em agosto de 2015, tornando-se política de Estado em março de 2019, através da lei nº 17.380 de 05 de janeiro de 2021. A referida lei defende a necessidade de ter um olhar atento e sensível e mais dedicado à primeira infância. Diante disso, sendo uma política intersetorial está ligado às áreas de saúde, educação e assistência social, com um vasto escopo de ações atualmente estruturadas em quatro pilares: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Brincar e Tempo de Aprender. O objetivo da pesquisa é compreender a relação do programa supramencionado com o desenvolvimento das crianças na primeiríssima infância. A pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa, ancorada na pesquisa bibliográfica, tem como método o estudo de caso de uma região cearense. Os achados da pesquisa ressaltam que através do programa as famílias são orientadas e capacitadas para mediar vivências/ experiências significativas que contribuem para o fortalecimento do vínculo familiar e para o desenvolvimento pleno de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Infantil, Infância, Vínculos.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN e a importância da atenção e o cuidado que pais e cuidadores no contexto familiar devem ter com uma criança nos primeiros anos de vida. O PADIN faz parte de um dos eixos do Programa Mais Infância Ceará, o qual busca contemplar a complexidade de promover o desenvolvimento pleno de meninos e meninas em todos os seus aspectos.

¹Mestre em Ciências da Educação pela World Ecumenical University, elineiap.desouza@gmail.com;

² Mestranda do curso de Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC, evaneidacarneiro@outlook.com;

³ Mestranda do curso de Ciências da Educação da World Ecumenical University, julianaasufc@yahoo.com.

O Programa Mais Infância Ceará⁴ foi lançado em agosto de 2015 e se tornou política de Estado em março de 2019 através da lei nº 17.380 de 05 de janeiro de 2021, garantindo assim, a sua continuidade e sustentabilidade. A referida lei defende a necessidade de se ter um olhar atento e sensível à primeira infância. Ainda de acordo com a mesma Lei, no art. 5 os “objetivos do Programa oferecer inovações, estratégias e ações para o desenvolvimento integral e integrado da infância e fortalecer o vínculo familiar, comunitário e ambiental.”

O grande diferencial desse programa é que ele é considerado uma política intersetorial, promovendo mudanças em diferentes áreas. Nesse sentido, está ligado às áreas de saúde, educação e assistência social, com um vasto escopo de ações atualmente estruturadas em quatro pilares: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Brincar e Tempo de Aprender (Santana, 2022).

Nesse contexto, uma das estratégias do Programa Mais Infância Ceará e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, que está contemplado no Pilar Tempo de Crescer da Política do Programa mais infância.

Entende que o desenvolvimento infantil requer, desde a concepção, uma abordagem integral e integrada, e que o bem-estar físico e intelectual da criança, assim como seu desenvolvimento socioemocional e cognitivo, estão inter-relacionados. Neste pilar, está proposta a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de serviços e formações especializadas que contemplem pais, profissionais e demais envolvidos nos processos de atenção à criança (Santana, 2019, p. 34).

Nesse sentido, o objetivo principal do PADIN é orientar, instruir e apoiar famílias que possuem bebês e crianças de 0 a 3 anos e 11 meses em condições de vulnerabilidade familiar e social, que não estão sendo atendidas em Instituições de educação infantil. Portanto, o PADIN não tem o objetivo de escolarizar, e sim, promover o desenvolvimento físico, afetivo, moral e social a criança por meio do acompanhamento dos agentes de desenvolvimento infantil - ADIS.

Assim, mesmo diante de leis e políticas públicas existentes para a primeira infância, ainda é possível perceber o alto índice de famílias e crianças em situação de extrema vulnerabilidade social, grupos historicamente invisibilizados e privados do direito à educação, à saúde e ao lazer, como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Nessa perspectiva, é necessário valorizar e enfatizar a importância do cuidado nesse período crucial da vida de uma criança. Visto que, o cuidado no cotidiano das crianças pequenas é essencial para que elas cresçam plenamente e se tornem adultos bem-sucedidos, éticos e solidários.

⁴ Disponível em <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-Mais-Infancia-DIGITAL.pdf>

Esta pesquisa, justifica-se pela sua relevância no estudo e na pesquisa do fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento integral da criança em seus primeiros anos de vida. Uma vez que, o processo de cuidar e educar acontecem de forma indissociável, pois é relevante valorizar o bem-estar físico e social e a maturidade emocional da criança.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação do PADIN com o desenvolvimento das crianças na primeira infância no contexto familiar. Os achados da pesquisa ressaltam que através do programa as famílias são orientadas e capacitadas para mediar vivências/ experiências significativas que contribuem para o fortalecimento do vínculo familiar e para o desenvolvimento pleno de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada tem como premissa o campo de pesquisa e a participação dos sujeitos envolvidos na ação e nas práticas desenvolvidas no contexto familiar por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN. A abordagem da pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa, ancorada na pesquisa bibliográfica, tendo como método o estudo de caso de uma região cearense coletados para análise e discussão.

A pesquisa se classifica também como exploratória por ter possibilitado uma maior familiaridade com o tema, de forma a torná-lo mais acessível e objetivo. Complementando essa análise, Oliveira (2001, p. 131) corrobora com o pensamento ao ressaltar que “envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

A metodologia do artigo apresenta os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, cujos dados foram coletados a partir de questionários com perguntas objetivas, disponibilizado de maneira online na plataforma Google Formulário, sendo encaminhado via WhatsApp, e sendo reforçado pela própria formadora via contato verbal em um encontro presencial com os supervisores e ADIs. O método utilizado nesta pesquisa foi fundamental para análise e discussão dos dados obtidos.

Os documentos observados, a bibliografia estudada e as respostas registradas pelos os supervisores e pelos os agentes de desenvolvimento infantil – ADIs, nos permitiram compreender a importância do trabalho desenvolvidos pelo programa com o objeto de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, a história acerca da primeira infância tem conquistado destaque cada vez maior graças à contribuição de pesquisadores, familiares e das políticas públicas. De acordo com o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016), este período da vida vai da gestação até os seis anos de idade. Visto que, o período intrauterino e os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos.

Nesse sentido, com o passar do tempo a visão das pessoas sobre a importância da Primeira Infância foi se modificando, ganhando visibilidade e sendo valorizada por meio de ampliação de ações voltadas para a esse período peculiar. Nesse contexto, políticas e programas foram surgindo no decorrer da história com intuito de promover e ampliar as condições necessárias para o desenvolvimento e exercício da cidadania de meninos e meninas, que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade.

Além disso, de acordo com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (Fmcsv, 2016) descobertas apontam que o investimento feito em programas de qualidade nos primeiros anos de vida tem alta taxa de retorno para a sociedade. Nesse sentido, a primeira infância é considerada um período de grandes mudanças e tem a necessidade de um olhar sensível para o cuidar e o educar. Pois, um ambiente familiar desestimulante e com fatores de risco na primeira infância pode gerar impactos negativo no desenvolvimento da criança. Segundo Shonkoff e Richmond (2009, p. 3),

Desde a gravidez e ao longo da primeira infância, todos os ambientes em que a criança vive e aprende, assim como a qualidade de seus relacionamentos com adultos e cuidadores têm impacto significativo em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (Shonkoff e Richmond, 2009, p. 3).

Corroborando com a ideia, o Ministério da educação no dia 11 de julho do ano vigente, sancionada a Lei 14.617/2023, que institui agosto como o mês da conscientização da primeira infância, dedicado às ações sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de até 6 anos de idade e a suas famílias.

A Lei prevê que no Mês da Primeira Infância sejam realizadas ações integradas, nos âmbitos nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de promover educação continuada e valorização dos profissionais que atuam com crianças na primeira infância e com suas famílias; e disseminação da importância do investimento na primeira infância, com vistas à promoção e ao desenvolvimento de

políticas, de programas, de ações e de atividades para garantir prioridade e efetivação dos direitos ao público da primeira infância (Brasil, 2023).

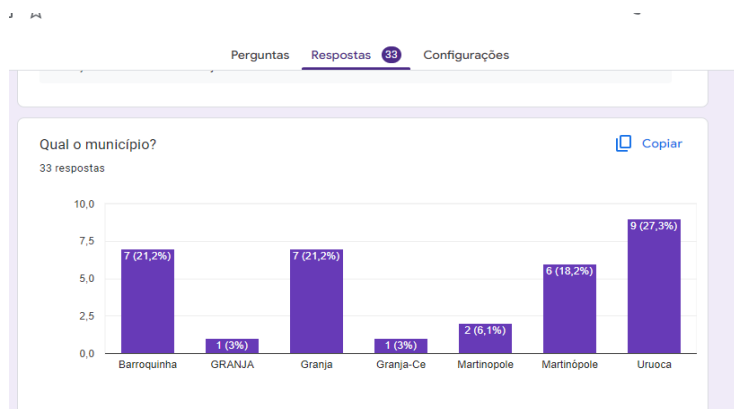
Diante disso, é necessário validar esses direitos já conquistado em lei, por meio de ações que melhorem as condições de vida, fortaleçam o vínculo familiar e oportunizem as crianças a acessarem e a usufruírem dos seus direitos. Para a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, “experiências e oportunidades de bons relacionamentos, nos primeiros anos de vida, auxiliam na criação de um forte alicerce, gerando valores, habilidades cognitivas e sociabilidade” (Fmcsv, p. 04, 2016). Nessa perspectiva, quanto mais oportunidades e experiências positivas as crianças vivenciarem, melhor será o seu desempenho e o seu crescimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Investir na primeira infância é sem dúvida é uma decisão assertiva para todos. Visto que, é um período da vida onde tudo começa, inicia as bases do desenvolvimento em todos os seus aspectos motores, sociais, cognitivos e emocionais. Nesse sentido, destacamos que é um período de mudanças muito importante, onde a família tem um papel fundamental para o desenvolvimento saudável e feliz da criança.

Diante disso, é importante que as famílias ou o adulto cuidador estejam cientes e orientados dessa fase singular, é necessária muita atenção as especificidades de cada criança, investindo tempo de qualidade e proporcionando a ela experiências significativas, com afeto, amor e segurança, para que a criança se sinta feliz e se desenvolva plenamente. Além do cuidado, é informado os serviços que às crianças tem direito e que a família pode acessar.

Nesse interim, foram avaliadas as respostas coletadas através da plataforma Google Formulário, na qual 33 participantes puderam contribuir com essa pesquisa, entre eles 04 supervisores e 29 ADIs dos seguintes municípios: Barroquinha, Granja, Martinópolis e Uruoca da CREDE 4, onde avaliaram o PADIN.



A identificação dos participantes nas respostas, serão apresentadas a partir das siglas ADI com a respectiva numeração do 01 ao 29 e em relação a resposta de supervisor, será identificado com SUP 01 ao 04. Quatro questões subjetivas foram levantadas, conforme as perguntas a seguir: A primeira pergunta foi relacionada as visitas dos Agentes de desenvolvimento Infantil – ADIs nas famílias cadastradas no programa. A qual 100% dos pesquisados responderam que “as visitas acontecem quinzenalmente e que nas visitas são repassadas atividades para que os cuidadores realizem junto a suas crianças de acordo com a faixa etária”.

De acordo com a resposta acima identificamos que a visita domiciliar é algo já definido e planejado previamente com os agentes e com as famílias, tornando a prática mais efetiva e prazerosa. Além disso, a visita familiar é uma prática ou metodologia que faz parte do programa.

A segunda pergunta foi direcionada sobre o entendimento dos supervisores e agentes a respeito do programa, com a pergunta a seguir: Qual o objetivo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN? Nas respostas dos pesquisados todos destacaram o fortalecimento dos vínculos familiares, porém três ADIs complementaram sua resposta com a resposta a seguir: “Fortalecer o vínculo familiar, garantindo o bem-estar físico, emocional, social e cultural, a linguagem, o desenvolvimento cognitivo, as habilidades de comunicação e os conhecimentos gerais das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade (ADI 22 , ADI 23, ADI 29, 2023).”

Nessa perspectiva, sobre o relacionamento familiar Bowlby no afirma que

A experiência de uma criança pequena de uma mãe estimulante, que dá apoio e é cooperativa, e um pouco mais tarde o pai, dá-lhe um senso de dignidade, uma crença na utilidade dos outros, e um modelo favorável para formar futuros relacionamentos. Além disso, permitindo-lhe explorar seu ambiente com confiança e lidar com ele eficazmente, essa experiência também promove seu senso de competência. Daí por diante, desde que os relacionamentos de família continuem favoráveis, não só estes padrões iniciais de pensamento, sentimento e comportamento persistem, como a personalidade se torna cada vez mais estruturada para operar de maneira moderadamente controlada e resiliente, e cada vez mais capaz de continuar assim mesmo em circunstâncias adversas (Bowlby, 1993, p. 402).

A terceira pergunta foi em relação a prática e o desenvolvimento das vivências com as famílias e crianças no atendimento domiciliar. Com a pergunta a seguir: Como é feito a orientação das brincadeiras e das ações com as famílias e com as crianças? Nas respostas os pesquisados destacam a orientação as famílias em relação ao tempo dedicado e as brincadeiras de acordo como os grupos etários. Vale destacar a resposta a seguir:

“As orientações são repassadas através de visita domiciliar. Onde o ADI repassa vídeo ou material como cartaz explicativo para os pais e cuidadores que eles possam fazer da melhor maneira possível a atividade proposta. O ADI ainda pode fazer para que a mãe aprenda e em seguida de continuidade nas atividades propostas (ADI 1, 2023).”

A quarta e última pergunta foi relacionada as famílias. Como as famílias se sentem com o acompanhamento dos ADIS? Nas respostas, 100% dos pesquisados destacam o sentimento de acolhimento, cuidado, atenção e respeito com eles. Importa destacar a expressão de um do ADI quando responde *que* “as famílias se sentem abraçadas, seguras e acolhidas, relatam ainda estar felizes e amparadas. Reservam um momento do seu dia para nos receber e demonstram um sentimento de muita felicidade (ADI 09, ADI 16, 2023).”

Diante destas respostas, é válido enfatizar sobre a grande importância do PADIN para as famílias atendidas no programa nos municípios acima citado. Visto que, é um programa que tem uma excelente relação com as famílias, pois, por ser intersetorial contribui muito para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas, apoiando, valorizando e incentivando o cuidado e o afeto com a criança nos seus primeiros anos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas pesquisas apresentam a importância da primeira infância, e sem dúvidas é uma fase peculiar da vida de uma pessoa. Assim, quanto mais oportunidades a criança recebe melhor ela se desenvolve. Nesse sentido, essa pesquisa procurou investigar e mostrar um pouco do trabalho e dos métodos do programa. Enfatizamos ainda, a importância do trabalho desenvolvido pelos supervisores e agentes de desenvolvimento nos municípios atendidos por meio do Programa de Desenvolvimento – PADIN.

Nessa perspectiva, para atingir os nossos objetivos, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizando ferramentas digitais, como o Google Forms para a elaboração e compartilhamento de questionários. Diante dessa pesquisa, os resultados apontaram que os objetivos do programa são bem definidos, assim como as ações são bem aceitas e bem desenvolvidas por cada um dos supervisores e dos ADIS.

Destacamos ainda, a aceitação das famílias com as visitas e com as vivências orientadas e desenvolvidas pelos ADIS, pois por meio das respostas percebemos que as famílias se sentem acolhidas, respeitadas e amparadas. Por fim, entende que o PADIN é um programa que

contribui efetivamente para o desenvolvimento e para o fortalecimento de vínculo familiar, auxiliando também para uma infância mais saudável e feliz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Nº 14.617, de 10 de julho de 2023. Publicação Original. Institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/lei-torna-agosto-o-mes-da-1a-infancia> > acesso em 16/08/2023.

CEARÁ. Lei nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021. Que consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará.

BOWLBY, J. Apego e perda. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

OLIVEIRA, C. S. Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTR, 2001.

SANTANA, Onélia Maria Moreira Leite de Programa Mais Infância Ceará: de programa a política / [recurso eletrônico] Onélia Maria Moreira Leite de Santana, Laecia Gretha Amorim Gomes, Maria Dagmar de Andrade Soares; Maria Oderlânia Torquato Leite, Ana Gardennya Linard Sório Oliveira, Onélia Maria Moreira Leite de Santana (organizadoras). - Fortaleza: SEDUC, 2022

SHONKOFF, J. P.; RICHMOND, J. B. O investimento em desenvolvimento na primeira infância cria os alicerces de uma sociedade próspera e sustentável. 2009. Disponível em <https://www.encyclopedia-crianca.com/importancia-do-desenvolvimento-infantil/segundo-especialistas/o-investimento-em-desenvolvimento-na>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

Importância dos vínculos familiares na primeira infância : estudo II / organização Comitê Científico do Núcleo Pela Infância; redação Beatriz de Oliveira Abuchaim...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2016. -- (Série Estudos do Comitê Científico : NCPI; 2)